

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 02 de maio de 2023 às 07h58
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

5 pontos polêmicos do PL das Fake News 3

O Globo | BR

Marco Civil

Aprovação do PL das Fake News será avanço civilizatório 9
OPINIÃO O GLOBO

Folha.com | BR

01 de maio de 2023 | Entidades

Entidades defendem medida que reduz taxa do BNDES para projetos de inovação 11
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | MARIANNA HOLANDA

BOL - Notícias | BR

Direitos Autorais

Governo e MPF reagem a ofensiva do Google contra PL das Fake News 12
NOTÍCIAS | FAVOR

UOL Notícias | BR

01 de maio de 2023 | Direitos Autorais

Direito autoral é assunto da maior urgência em congresso internacional no Rio 14
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | CRISTINA PADIGLIONE

01 de maio de 2023 | Direitos Autorais

Flávio Dino aciona secretaria contra Google para apurar "prática abusiva" 17
EM BRASÍLIA | DO UOL

5 pontos polêmicos do PL das Fake News

Câmara dos Deputados avalia votar nesta terça um amplo projeto de lei que busca reforçar a regulamentação e fiscalização sobre plataformas digitais, como redes sociais, aplicativos de trocas de mensagens e ferramentas de busca.

Teclado com tecla "enter" trocada por "fake news"
Foto: / BBC News Brasil

A Câmara dos Deputados avalia votar nesta terça-feira (2/5) um amplo - e controverso - projeto de lei que busca reforçar a regulamentação e fiscalização sobre plataformas digitais, como redes sociais, aplicativos de trocas de mensagens e ferramentas de busca.

Popularmente conhecida como PL das Fake News ou PL 2630, a proposta busca instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na **Internet.**

A discussão da matéria - que tramita na Câmara desde 2020, após ser aprovada no Senado - voltou a ganhar fôlego depois dos recentes ataques violentos em escolas e dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, quando bolsonaristas radicais invadiram as sedes dos Três Poderes, em Brasília. Seu conteúdo, porém, é alvo de críticas.

Defensores da proposta dizem que a nova lei vai melhorar o combate à desinformação, ao discurso de ódio e a outros conteúdos criminosos no ambiente digital, enquanto opositores apontam riscos de as novas regras ferirem a liberdade de expressão.

Um ponto especialmente sensível é qual será o órgão responsável por fiscalizar a aplicação de lei e, eventualmente, punir as plataformas, já que críticos temem algum tipo de censura. A proposta estabelece multa de até 10% do faturamento do grupo econômico no Brasil, caso a lei não seja cumprida.

Mas as novas regras contra conteúdos criminosos

não são a única polêmica. O texto que tramita na Câmara também trouxe dispositivos novos em relação ao aprovado no Senado, ampliando o escopo do PL. A nova versão da proposta prevê, por exemplo, que grandes empresas de tecnologia remunerem os autores de conteúdo jornalístico e artístico compartilhados em suas plataformas.

Essa medida é apoiada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e artistas como Marisa Monte, Glória Pires e Caetano Veloso.

Por outro lado, grandes empresas afetadas (big techs), como Meta (dona do Facebook, Instagram e WhatsApp) e Google (também dono do YouTube), dizem que a forma como o PL estabelece essas remunerações obrigatórias pode inviabilizar a oferta de serviços gratuitos, como ocorre hoje.

A votação da proposta na Câmara será uma oportunidade para medir o tamanho da base do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que apoia a aprovação do PL. Já a oposição mais ferrenha vem de parlamentares bolsonaristas.

Caso a proposta receba o aval da Câmara, ainda terá que ser aprovada novamente no Senado, antes de seguir para sanção presidencial.

Entenda a seguir cinco pontos especialmente sensíveis do projeto de lei.

Combate a conteúdo criminoso ou risco de censura?

Ministro Alexandre de Moraes levou propostas para a PL das Fake News para o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco Foto: Agência Brasil / BBC News Brasil

O PL das Fake News cria novas regras para a moderação de conteúdo por parte das plataformas digitais, que poderão ser punidas com elevadas multas

Continuação: 5 pontos polêmicos do PL das Fake News

se não agirem "diligentemente para prevenir e mitigar práticas ilícitas no âmbito de seus serviços". Essa nova abordagem é inspirada em uma legislação mais dura recentemente adotada pela União Europeia, a Lei dos Serviços Digitais (DSA, na sigla em inglês).

Segundo as regras atuais brasileiras, estabelecidas no Marco Civil da **Internet**, as big techs não têm responsabilidade pelo conteúdo criado por terceiros e compartilhado em suas plataformas. Dentro desse princípio, as empresas só são obrigadas a excluir conteúdos no Brasil em caso de decisão judicial.

Se o projeto de lei for aprovado, as plataformas poderão ser responsabilizadas civilmente pela circulação de conteúdos que se enquadrem nos seguintes crimes já tipificados na lei brasileira: crimes contra o Estado Democrático de Direito; atos de terrorismo e preparatórios de terrorismo; crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação; crimes contra crianças e adolescentes e de incitação à prática de crimes contra crianças e adolescentes; racismo; violência contra a mulher; e infração sanitária, por deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias quando sob situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional.

De acordo com o PL das Fake News, são duas as situações em que as empresas podem ser punidas pela circulação desses conteúdos criminosos:

- 1) quando esse conteúdo for patrocinado ou impulsionado (ou seja, a plataforma receber algum pagamento para a exposição desse material);
- 2) quando as empresas falharem em conter a disseminação de conteúdo criminoso, obrigação prevista em seu "dever de cuidado", um dos conceitos importados da legislação europeia (entenda melhor ao longo da reportagem).

Segundo o PL das Fake News, as plataformas terão

que produzir "relatórios de avaliação de risco sistêmico e transparência", que serão usados para fiscalizar se as empresas estão cumprindo determinadas obrigações, como evitar a difusão de conteúdos ilícitos e garantir o direito à liberdade de expressão, de informação e de imprensa.

E, caso seja identificado "risco iminente de danos à dimensão coletiva de direitos fundamentais" ou "descumprimento das obrigações estabelecidas na seção da avaliação de risco sistêmico", poderá ser acionado um "protocolo de segurança pelo prazo de até 30 dias, procedimento de natureza administrativa cujas etapas e objetivos deverão ser objeto de regulamentação próprio".

É durante a vigência desse protocolo que as plataformas poderão ser punidas se falharem no seu "dever de cuidado". E, para identificar se houve falha, o órgão fiscalizador vai analisar notificações dos próprios usuários sobre conteúdos criminosos disseminados na plataforma. O PL prevê que não haverá punição por casos específicos, mas por eventual falha generalizada em conter esses conteúdos denunciados por usuários por meio das notificações.

A incorporação de conceitos da legislação europeia pelo PL brasileiro é considerada positiva pelo jurista Ricardo Campos, professor na Universidade Goethe, em Frankfurt e diretor do LGPD (Legal Grounds for Privacy Design), instituto voltado à proteção de dados. Na sua visão, isso vai dificultar que as empresas argumentem que não é possível seguir a lei, caso o PL seja aprovado.

"Essa versão (do projeto de lei) está se orientando nos pilares centrais do regulamento europeu. E isso é ruim para as plataformas porque, se passar (a aprovação do PL), como na Europa vai seguir a lei e no Brasil não?", ressaltou.

As grandes empresas, por sua vez, dizem que incertezas sobre o que se enquadraria na lei poderão levar a retirada de conteúdos legítimos.

Continuação: 5 pontos polêmicos do PL das Fake News

"Sem os parâmetros de proteção do Marco Civil da **Internet** e com as novas ameaças de multas, as empresas seriam estimuladas a remover discursos legítimos, resultando em um bloqueio excessivo e uma nova forma de censura", disse o Google, em uma manifestação.

"Quando pensamos no YouTube ou na Busca do Google, que já têm mecanismos de denúncia disponíveis para usuários, a redação atual do PL 2630 cria um sistema que pode incentivar abusos, permitindo que pessoas e grupos mal-intencionados inundem nossos sistemas com requerimentos para remover conteúdos sem nenhuma proteção legal", reclama ainda a empresa.

Na véspera da votação da proposta, o Google apresentava em sua página inicial um link para um hotsite que reunia manifestações da empresa contra o projeto de lei, com a chamada "O PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil".

Relator do projeto de lei na Câmara, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), reagiu à medida.

"É o maior jogo sujo já feito por uma empresa para interferir em um debate político. O Google mancha sua marca com o sangue de crime estimulado pelas plataformas. PL 2630 PELAS CRIANÇAS!", tuitou.

É o maior jogo sujo já feito por uma empresa para interferir em um debate político. O Google mancha sua marca com o sangue de crime estimulado pelas plataformas. PL 2630 PELAS CRIANÇAS! <https://t.co/6PMjuGUz0T> - Orlando Silva (@orlandosilva) May 1, 2023

Quem vai fiscalizar?

Outro ponto alvo de intenso debate é qual órgão, afinal, será responsável por fiscalizar a aplicação da lei e, eventualmente, punir as empresas.

Inicialmente, o PL dava ao Poder Executivo a prerrogativa de criar uma entidade autônoma de supervisão, que poderia instaurar processos administrativos e aplicar sanções.

Devido à forte resistência de parte da Câmara, em especial de parlamentares bolsonaristas, isso foi retirado da última versão apresentada pelo relator.

Opositores da medida diziam que esse órgão, ao ser criado pelo governo, seria uma espécie de "Ministério da Verdade", em referência à instituição descrita no livro 1984, de George Orwell, que controlava de forma autoritária a circulação de informação.

"Sabe esses protestos contra Lula em Portugal, feitos pelos portugueses no Parlamento e nas ruas que vocês estão vendo em vários perfis nas redes sociais? Então, se o PL das Fakes News passar, com apenas UMA DENÚNCIA na sua publicação, o 'Ministério da Verdade' que será criado com a lei, irá remover sua publicação", criticou o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), sem explicar como o projeto de lei permitiria isso.

Defensores da proposta tem rebatido esse discurso nas redes sociais. "Pra tentar chamar o #PL2630 de 'censura', a extrema direita recorta trechos e joga na tela, sem qualquer interpretação. Não há 'ministério da verdade', há sim o órgão regulador, como diversos países da União Europeia estão fazendo. Esse órgão NÃO PODE DERRUBAR CONTEÚDO NENHUM!", tuitou o influenciador Felipe Neto.

À BBC News Brasil, Orlando Silva disse está em negociação com os deputados para que outro órgão seja apontado como responsável pela fiscalização. Segundo ele, uma proposta que tem ganhado força é dar essa atribuição à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

A mudança, porém, é considerada negativa pela Coalizão Direitos na Rede, grupo que reúne mais de 50 organizações acadêmicas e da sociedade civil.

Continuação: 5 pontos polêmicos do PL das Fake News

"Críticos ao projeto lançaram acusações equivocadas e sem fundamento de que isso (a nova entidade autônoma de supervisão) seria um órgão para dar poder ao governo de dizer o que é e o que não é verdade. Na proposta, essa autoridade teria autonomia e espaços em que diferentes setores poderiam participar das decisões importantes", ressalta a Coalizão em nota sobre o tema.

Para o grupo de organizações, a Anatel não tem expertise para atuar na regulamentação de plataformas, já que mexe com infraestrutura de telecomunicação e não com gerenciamento de conteúdo.

"A Anatel é historicamente refratária à participação da sociedade civil, o que é incompatível com o modelo de governança multissetorial e colaborativa da **internet** no país. O que precisamos é de um órgão independente com um conselho multissetorial deliberativo", diz ainda a Coalizão.

Relator do projeto de lei na Câmara, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), durante debate Foto: Agência Brasil / BBC News Brasil

Imunidade parlamentar

Também gerou polêmica a inclusão no PL de uma proteção às manifestações de congressistas nas plataformas digitais.

A Constituição estabelece que "Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos". A última versão do projeto de lei prevê que essa imunidade parlamentar constitucional "estende-se aos conteúdos publicados por agentes políticos em plataformas mantidas pelos provedores de redes sociais e mensageria privada".

Críticos dizem que a medida dificultará que plataformas digitais removam conteúdos indevidos publicados por parlamentares.

"Parece uma autorização para que os parlamentares, que são grandes propagadores de desinformação, continuem usando suas redes para distribuir essa desinformação", disse à Agência Brasil Ramênia Vieira, coordenadora executiva do Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Já a Coalizão Direitos na Rede não vê problema na medida.

"O texto reitera o princípio da imunidade parlamentar já estabelecido na Constituição que protege deputados(as) e senadores(as) por suas opiniões, palavras e votos. No texto do PL 2630, reitera-se a imunidade parlamentar material, ou seja, que abrange apenas dentro do exercício do cargo", avalia a Coalizão em nota.

"Dessa forma, o texto da lei não expande a imunidade já prevista nos termos da Constituição, apenas reitera que as proteções existentes valem também para as manifestações digitais. Além disso, em caso de ação judicial, o alcance dessa proteção fica sujeita à interpretação do STF", diz ainda a Coalizão.

Projeto prevê que imunidade parlamentar também valha nas redes sociais Foto: / BBC News Brasil

Remuneração de conteúdo jornalístico

Durante a tramitação na Câmara, o PL das Fake News passou a prever que as empresas remunerem conteúdos jornalísticos que circularem em suas plataformas.

A proposta estabelece que terá direito à remuneração qualquer empresa em funcionamento há ao menos 24 meses, mesmo se individual (apenas um jornalista), que "produza conteúdo jornalístico original de forma regular, organizada, profissionalmente e que mantenha endereço físico e editor responsável no Brasil".

Caso o texto seja aprovado, a negociação poderá ser feita de forma individual entre veículos e empresas,

Continuação: 5 pontos polêmicos do PL das Fake News

ou de forma coletiva.

Os detalhes sobre como isso será feito, porém, serão fixados em regulamentação posterior. Mas o PL estabelece que essa regulamentação "disporá sobre **arbitragem** em casos de inviabilidade de negociação entre provedor e empresa jornalística" e "deverá criar mecanismos para garantir a equidade entre os provedores e as empresas jornalísticas nas negociações e resoluções de conflito, sem prejuízo para as empresas classificadas como pequenas e médias, na forma do regulamento".

"Como já ocorre em outros países, a remuneração da atividade jornalística por plataformas de tecnologia pode ser um elemento decisivo para a formação de um ecossistema jornalístico amplo, diverso e saudável, capaz de se opor à difusão da desinformação e dos discursos de ódio. Tal ecossistema é essencial para a manutenção da própria democracia", diz nota da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

O projeto de lei estabelece ainda que "o provedor não poderá promover a remoção de conteúdos jornalísticos disponibilizados com intuito de se eximir da obrigação de que trata este artigo (a remuneração), ressalvados os casos previstos nesta Lei, ou mediante ordem judicial específica".

Críticos desse trecho consideram que ele blinda empresas jornalísticas de terem conteúdo removido, em caso de desinformação, por exemplo. Hoje, as plataformas removem por conta própria conteúdos que firam suas diretrizes internas.

"Plataformas terão que remunerar os veículos de notícia por qualquer conteúdo noticioso que os usuários publiquem. Isso significa que as plataformas serão obrigadas a remunerar inclusive veículos propagadores de notícias falsas. O projeto de lei também proíbe que as plataformas removam este tipo de conteúdo, portanto, o PL cria um 'custo compulsório' para as redes. Pior: qualquer veículo que exista há dois anos - e mesmo que seja uma empresa individual - te-

rá que ser remunerado", criticou por meio de nota a Câmara Brasileira da Economia Digital, que tem entre seus associados empresas como Google, TikTok e Meta.

Em um comunicado próprio, a Meta diz ainda que a falta de uma definição sobre o que é "conteúdo jornalístico" cria riscos. "Isso pode levar a um aumento da desinformação, e não o contrário. Imagine, por exemplo, um mundo em que pessoas mal intencionadas se passam por jornalistas para publicar informações falsas em nossas plataformas e sermos forçados a pagar por isso", disse a empresa em um comunicado.

Como alternativa ao proposto no PL, o Google defendeu "a possibilidade de um fundo de inovação para o jornalismo, administrado de forma independente, que inclua contribuições de empresas de tecnologia".

"Um fundo como esse pode ajudar a garantir a sustentabilidade e independência ao modelo de fomento do jornalismo de qualidade no Brasil. Esse fundo poderia oferecer financiamento de acordo com critérios mensuráveis e claramente definidos, benefícios para toda a indústria - em vez de apenas alguns veículos ou grupos específicos, e pode estar sujeito a supervisão independente, impedindo a tomada de decisões políticas", defendeu ainda a empresa.

Remuneração de **direitos** autorais

Novidade da última versão do PL é a previsão de novas regras para remuneração de conteúdo protegidos por **direitos** autorais, como músicas e vídeos Foto: / BBC News Brasil

Outra novidade da última versão do PL é a previsão de novas regras para remuneração de conteúdo protegido por **direitos** autorais, como músicas e vídeos. Artistas têm realizado ampla campanha nas redes sociais a favor da aprovação desse ponto.

Continuação: 5 pontos polêmicos do PL das Fake News

"Quando a profissão dos atores foi regulamentada 45 anos atrás não existia **internet**. O ator recebia para trabalhar numa novela, numa série, e isso era exibido uma única vez, ia ao ar, e pronto. E hoje em dia, com a **internet**, o que acontece é que nosso trabalho fica disponível ad infinitum", disse o ator Caio Blat ao canal CNN Brasil.

"Com as novas plataformas, você pode assistir novelas antigas, filmes antigos, filmes novos, e essas imagens vão ficar disponíveis infinitamente para assinantes, e vendendo publicidade, e os atores não recebem seus **direitos** autorais, os direitos conexos, referentes a sua própria imagem, a sua própria voz, ao seu trabalho de interpretação que está fixado ali" afirmou ainda o ator.

O projeto de lei, porém, prevê que uma regulamentação futura vai abordar "os critérios, forma para aferição dos valores, negociação, resolução de conflitos, transparência e a valorização do conteúdo nacional, regional, local e independente". A no-

vidade também provocou reação das empresas.

"A última versão do projeto propõe, pela primeira vez durante toda a tramitação do PL 2630, uma complexa mudança no sistema de **direitos** autorais, que não se relaciona com o restante do escopo do projeto, que é o combate à desinformação", criticou a Câmara Brasileira da Economia Digital.

"Qualquer alteração nesta Lei, ainda que necessária, deve ser precedida de amplo debate público. Caso contrário, aumentam-se as chances de incertezas jurídicas e prejuízo ao que já foi construído até hoje", defendeu ainda a instituição que representa empresas do setor.

Aprovação do PL das Fake News será avanço civilizatório

OPINIÃO O GLOBO

Em vez de usinas de desinformação, ódio e violência, redes sociais serão corresponsáveis pelo que veicularem

Se confirmada hoje a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei (PL) das Fake News, a sensação não será apenas de júbilo, mas também de perplexidade. Por que demorou tanto? As plataformas digitais donas das redes sociais e aplicativos de mensagens abusam há anos da paciência de todos. Cúmplices, permitiram a proliferação de ódio e desinformação afetando diferentes esferas dos direitos humanos à saúde pública, da segurança nas escolas à democracia.

Sob o argumento falacioso de defenderem a liberdade de expressão, elas permitiram que eleições fossem manipuladas por mentiras, campanhas de vacinação boicotadas por teorias conspiratórias e assassinos adestrados por racistas, neonazistas e outros extremistas. A cada nova onda de desinformação, a cada novo massacre em escola, ficava evidente que havia algo de errado. E as plataformas pouco - se algo - faziam em prol do bem comum. Daí a necessidade de uma regulação mais dura.

A principal novidade do PL é torná-las corresponsáveis pelas consequências do que fizerem circular em suas redes. O texto do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), acaba com a isenção garantida pelo artigo 19 do **Marco Civil** da Internet. Se aprovado, as plataformas deverão ter um "dever de cuidado" com o ambiente digital, do contrário terão de arcar com sanções judiciais. Na prática, isso significa que continuarão a moderar conteúdo, mas com

uma diferença crucial: até agora, fazem isso de acordo com regras que elas próprias inventam e com empenho tíbio. Quando a lei entrar em vigor, após aprovação no Senado e sanção presidencial, terão de seguir a legislação à risca, sobretudo no que diz respeito a democracia, pluralismo, liberdade de expressão e religiosa, privacidade, saúde pública e direitos humanos.

Será exigido que as plataformas ajam de forma preventiva para evitar disseminar conteúdo ilegal. Contas inautênticas e automáticas anônimas serão proibidas. Autores de conteúdos jornalísticos ou artísticos terão de ser remunerados. A veiculação de anúncios e conteúdos pagos deverá ser transparente, com identificação de quem pagou. Auditores independentes farão relatórios periódicos. Não será preciso esperar o Judiciário para haver remoção imediata do que representar xenofobia, pedofilia ou racismo. Nos serviços de mensagem, haverá limite para encaminhamento e será exigido consentimento prévio para inclusão em grupos. Se as plataformas descumprirem a lei, as penas irão de advertência a multas de até 10% do faturamento.

A resistência delas tem uma razão evidente: a lei lhes custará dinheiro. Elas têm plena capacidade de se adequar às novas regras, como já fazem noutros países. As redes sociais no Brasil não terão de se fechar por seguir regras locais. A Alemanha tem legislação similar, e seus internautas acessam postagens de todos os cantos. Os investimentos necessários para ficar em dia com a Justiça serão altos, mas não tornarão inviáveis as operações no Brasil.

Continuação: Aprovação do PL das Fake News será avanço civilizatório

O texto final do PL não é perfeito e teve de acomodar todo tipo de demanda. Seja como for, a aprovação representará um avanço civilizatório no ambiente digital brasileiro. Vários pontos estarão sujeitos ao teste da realidade e deverão ser aperfeiçoados no fu-

turo. Mas certamente, se o projeto for aprovado, será um futuro bem melhor que a realidade atual, em que as redes sociais viraram terreno fértil para o florescimento da desinformação, do ódio e da violência.

Entidades defendem medida que reduz taxa do BNDES para projetos de inovação

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Brasília

Entidades da indústria saíram em defesa de mudança feita pela Câmara dos Deputados que reduz a taxa de juros de financiamento para inovação e digitalização do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A medida entrou como "jabuti" numa medida provisória e segue para o Senado. Uma ala do setor financeiro é crítica à medida, por entender que redução dos juros usando recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) é uma forma indireta de subsídio.

Se a redução for aprovada, tais projetos serão remunerados pela Taxa Referencial (TR) em vez da Taxa de Longo Prazo (TLP). As entidades dizem que a medida viabilizaria financiamento de R\$ 5 bilhões por ano.

Sede do BNDES, no Rio de Janeiro - Lucas Tavares/Folhapress

Mas Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos) e Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) divulgaram notas na

quinta e sexta-feira (28) defendendo a medida e pedindo aprovação no Senado.

"Essa importante mudança adiciona recursos ao sistema nacional de inovação, alinhado às melhores práticas internacionais, reforçando recursos já ofertados pela **Finep** [Financiadora de Estudos e Projetos] nessa modalidade para fomentar uma indústria cada vez mais moderna e competitiva", diz nota da Fiesp.

Já a Abimaq disse que a medida melhora a oferta de recursos com custos "compatíveis", "tornando o processo mais acessível às necessidades específicas das empresas no que diz respeito à digitalização e inovação".

O Ibram, por sua vez, disse que o processo de desindustrialização do Brasil, assim como a necessidade de aumentar a densidade da pauta exportadora, "não são missões superáveis sem um considerável aumento dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação".

Tal medida merece apoio de toda a sociedade brasileira porque soma aos esforços de desenvolvimento com competitividade, capaz de gerar emprego e renda.

Governo e MPF reagem a ofensiva do Google contra PL das Fake News

NOTÍCIAS

A campanha do Google contra o projeto de lei 2630, o PL das Fake News, provocou reação do governo federal, do MPF (Ministério Público Federal) e de parlamentares governistas. Flávio Dino pede apuração. O aumento da pressão da gigante de tecnologia aconteceu às vésperas da possível votação do texto na Câmara dos Deputados nesta terça (2). O projeto de lei cria novas regras contra a disseminação de desinformação nas redes sociais. O Google exibiu ontem, abaixo da caixa de buscas, um link destacado com a mensagem: "O PL das fake news pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil". O link levava o usuário a um blog com críticas ao projeto de lei. O Google diz que o projeto de lei "acaba protegendo quem produz desinformação, resultando na criação de mais desinformação" e "coloca em risco o acesso e a distribuição gratuita de conteúdo na internet". Os argumentos não foram aprofundados. A Folha de S. Paulo noticiou que o Google privilegiou links de conteúdo de oposição ao PL das Fake News nos resultados das buscas sobre o projeto de lei e anúncios do próprio Google criticando a nova legislação, segundo o NetLab, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O Google nega (abaixo). Ontem, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, disse que acionaria a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), órgão vinculado a seu ministério para apurar o caso. Ele quer que a pasta verifique uma possível prática abusiva das big techs, como o Google, contra o PL das Fake News. Estou encaminhando o assunto à análise da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, à vista da possibilidade de configuração de práticas abusivas das empresas. Flávio Dino, ministro da Justiça. Estou encaminhando o assunto à análise da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, à vista da possibilidade de configuração de práticas abusivas das empresas. <https://t.co/amkQe57f> fc-- Flávio Dino

(@FlavioDino) May 1, 2023 MPF cobra Google sobre campanha. O MPF fez questionamentos à gigante de tecnologia no âmbito de um inquérito que investiga a difusão de desinformação nas redes sociais. O órgão cobrou o Google sobre informações detalhadas a respeito do levantamento do NetLab. São alvo do MPF os critérios que a empresa usou para escolher os links com mais destaque exibidos para os usuários que buscaram por "PL 2630" no Google e no YouTube. A procuradoria quer saber quais desses resultados foram impulsionados e quais foram considerados pela empresa como fontes confiáveis. O MPF também questiona quantos anúncios a empresa realizou, quanto investiu e quantos usuários conseguiu impactar com publicidade no Facebook e no Instagram, redes controladas pela Meta. O MPF quer esclarecimentos sobre um alerta criado pela empresa contra o PL para todos os criadores de conteúdo do YouTube Studio. O órgão quer acesso à documentação interna que levou à tomada de decisão que culminou em tal conduta. Líder do governo aciona Cade. O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), anunciou ontem ter solicitado abertura de inquérito administrativo no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A investigação vai apurar possível infração contra a ordem econômica por abuso de posição dominante praticada pelo Google. Além das providências já anunciadas pelo Ministro @FlavioDino, Justiça estou representando junto ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para abertura de inquérito administrativo por possível infração contra a ordem econômica (Lei 12.529/12) por abuso de posição dominante. Senador Randolfe Rodrigues, em post no Twitter. Além das providências já anunciadas pelo Ministro @FlavioDino, estou representando junto ao CADÊ (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para abertura de inquérito administrativo por possível infração contra a ordem econômica (Lei 12.529/12) por abuso de po-

Continuação: Governo e MPF reagem a ofensiva do Google contra PL das Fake News

sição dominante.

? Randolfe Rodrigues (@randolfeap) May 1, 2023 O que diz o Google Em nota, a empresa disse serem falsas as alegações de que estaria ampliando o alcance de páginas com conteúdos contrários ao PL 2630 nas buscas. O Google afirma que não altera manualmente as listas de resultados para determinar a posição de uma página específica "em nenhuma hipótese". A empresa diz que, nas últimas semanas, tem se manifestado em relação ao PL 2630 de forma "pública e transparente" por meio de seu blog oficial. Declara que investe em anúncios em jornais, plataformas de publicidade e redes sociais. "Temos explicado os riscos, que consideramos legítimos, às pessoas que usam nossas plataformas e também aos diferentes participantes do ecossistema digital. Isso inclui criadores de conteúdo no YouTube, anunciantes de todos os tamanhos e sites de notícias. Google, em nota Meta também se manifestou Em nota, a Meta, empresa que agrega Facebook e Instagram, afirma que o texto da proposta ameaça atingir a gratuidade dos serviços da plataforma. A empresa diz que a proposta é con-

flitante com o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados.

O projeto também entraria em conflito com a Constituição. A proposta para exigir que as empresas paguem detentores de conteúdo protegido por direitos autorais, como veículos de imprensa, é um dos pontos criticados. Para a Meta, o dispositivo "não tem qualquer relação" com o combate à desinformação. A empresa também diz não haver regras claras sobre direitos autorais. Twitter não se manifesta Usuários do Twitter reportaram ontem censura ao tentarem postar conteúdos sobre o projeto de lei. Eles relataram terem sido impedidos de fazer posts em que citavam a proposta. Procurada, a empresa não se manifestou. Previsão de votação O PL das Fake News tem previsão de votação nesta terça (2), mas pode acabar sendo adiada por falta de acordo entre os deputados. Uma reunião de líderes partidários deve definir se o texto vai a votação hoje ou se ela será adiada.

Direito autoral é assunto da maior urgência em congresso internacional no Rio

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Apontado como segundo maior mercado de assinantes da Netflix no mundo, apenas atrás dos Estados Unidos, o Brasil é um país francamente atrasado no que diz respeito à remuneração de **direitos** autorais de seus roteiristas e diretores. As empresas de streaming, de modo geral, aproveitam bem a farta clientela obcecada por vídeos vigente por aqui, mas não paga os autores locais sob os mesmos critérios que já regem esse mercado em países como Espanha, França, Chile, Colômbia e Argentina.

Esse é o ponto central do congresso mundial da Confederação Internacional de Autores Audiovisuais, a AVACI (em Inglês, Audiovisual Authors International Confederation), que vai desta terça, 2 de maio, até o dia 5, no Rio de Janeiro, reunindo diretores e roteiristas do audiovisual de pelo menos 50 países.

É a primeira vez que o evento internacional dessa entidade ocorre no Brasil e em parceria com a DBCA (Diretores Brasileiros de Cinema e do Audiovisual) e a Gedar (Gestão de Direitos de Autores Roteiristas), as duas sociedades de gestão de direitos de autores diretores e roteiristas habilitadas no Brasil.

O congresso tem ainda o apoio de sociedades de gestão de **direitos** autorais parceiras da Argentina, Chile, Uruguai, Colômbia e México. Participam das discussões cineastas, roteiristas, gestores de **direitos** autorais e advogados especialistas em **direitos** autorais dos cinco continentes.

O encontro será no Hotel Sheraton, restrito às diretorias e associados observadores das entidades, mas terá mesa de abertura dia 3 de maio, quarta, às 9h30, transmitida ao vivo pelo Youtube da Avaci, pelo seguinte link: <https://youtube.com/@avaci-avauth> ors9882

Para a abertura são esperadas as presenças da diretora de Sociedades de Gestão Coletiva e **Direitos** Autorais do Ministério da Cultura, Marissol Pinheiro, além do Coordenador do Conselho Executivo da Avaci e diretor da DAC (Diretores Argentinos Cinematográficos), Horácio Maldonado, do presidente da DBCA, o cineasta e advogado Henrique de Freitas Lima, e do roteirista presidente da Gedar, Thiago Dottori, além de outros importantes representantes das categorias de diretores e roteiristas no Brasil e no mundo.

A mesa discutirá a importância do reconhecimento do direito de remuneração pela exibição pública de obras para o desenvolvimento da indústria audiovisual e seus benefícios sociais em países que já dão essas garantias legais aos autores audiovisuais.

"Assim como existe o direito à remuneração na Argentina, Uruguai, Chile, Panamá, Colômbia, México, tanto para roteiristas quanto para diretores, é preciso que um país tão importante como o Brasil, que é um autêntico e verdadeiro poder audiovisual, reconheça o direito que esses autores têm de receber uma compensação justa por suas obras audiovisuais que são divulgadas publicamente por todos os meios de comunicação existentes hoje, não apenas em seu país de origem, mas em todo o mundo", afirma Horácio Maldonado, coordenador do Conselho Executivo da Avaci e diretor da DAC (Diretores Argentinos Cinematográficos).

"Esse reconhecimento na Argentina trouxe uma melhoria transcendental para todas as pessoas que se dedicam a esta profissão. Foi gerada uma rede de ação social, atualização profissional por meio de seminários, possibilidade de empréstimos, mas acima de tudo, a dignidade de saber que esse direito acompanha o sucesso comercial da obra audiovisual criada", completa Maldonado.

Continuação: Direito autoral é assunto da maior urgência em congresso internacional no Rio

Presidente da Gedar, o roteirista Thiago Dottori lembra que "nos países que reconhecem o direito à remuneração, os recursos gerados foram fundamentais, por exemplo, para socorrer profissionais durante a pandemia de Covid-19". "Além desse valor social", continua, "diferentes estudos apontam que a remuneração pela comunicação pública das obras é muito benéfica do ponto de vista econômico, de valor agregado, para o desenvolvimento da indústria audiovisual como um todo."

Fundador e secretário-geral da DBCA, Sylvio Back observa que "há mais de 40 anos os autores do audiovisual brasileiro buscam equiparação aos seus colegas músicos". Os atores também buscam essa equiparação, ainda em vão. A reivindicação pede que, assim como acontece com a música, cada vez que uma obra ou ator tem sua imagem revisitada em veículos que faturam com o produto, seus autores e atores sejam remunerados por isso, com percentual do cachê acordado por ocasião do contrato original.

A atriz Sônia Braga, por exemplo, perdeu ação que moveu na Justiça contra a Globo reprise de "Dancin'Days", de 1979, no canal Viva. Embora o grupo Globo sempre sustente que paga todos os direitos de imagem e autorais devidos, o Viva não existia na época da produção, e portanto a veiculação da obra não era prevista nos contratos da ocasião com autores e atores.

O mesmo, no entanto, não ocorre com os direitos musicais, que são protegidos por legislação própria via Ecad. Não é à toa que esse quesito sempre é o fator que mais dificulta as decisões da Globo na hora de definir as produções a serem reprisadas no canal pago e no seu serviço de streaming.

"Durante a pandemia, esta realidade se tornou ainda mais evidente quando muitos criadores precisaram do auxílio financeiro oferecido pelo governo para sobreviver, enquanto canais e plataformas lucravam com a exibição de suas criações e não pagavam nada por isso", conclui Back.

"As sociedades de gestão esperam que com a retomada dos investimentos e das políticas para o audiovisual pelo Estado brasileiro e da interlocução com o Executivo, também o Congresso se sensibilize para este desequilíbrio em nosso mercado audiovisual, setor que gera mais recursos ao País do que a indústria farmacêutica", diz o presidente da DBCA, Henrique de Freitas Lima.

Além de Maldonado, Freitas Lima e Dottori, também estarão no congressos Klemen Dvornik, diretor e roteirista que é presidente da AIPA, organização eslovena de **direitos** autorais; Yoon Jung Lee, diretora e roteirista que é vice-presidente da DGK, que representa diretores coreanos; Anjum Rajabali, roteirista que é presidente da SRAI (Roteiristas Audiovisuais da Índia); Laza Razanajatovo, diretor e roteirista que é presidente da APASER (Aliança Pan-africana de Roteiristas e Diretores), entre outras renomadas grifes do mercado mundial.

O que é o direito à remuneração pela comunicação pública da obra

É o direito do(a) autor(a) da obra audiovisual ser remunerado(a) pelas diversas exibições da sua obra. Cada exibição na TV aberta ou canais fechados, no cinema ou no streaming, por exemplo, deveria render ao autor da obra uma remuneração adicional ao pagamento fixo recebido no momento da contratação. E essa remuneração corresponde ao sucesso da obra. O reconhecimento desse direito já ocorre em países co-

Continuação: Direito autoral é assunto da maior urgência em congresso internacional no Rio

mo Espanha, França, Chile, Colômbia e Argentina, mas não no Brasil.

Nos Estados Unidos, os roteiristas contam com um sindicato forte na categoria, o WGA (Writers Guild Association), que já teve grandes conquistas após ameaçar paralisar Hollywood e as empresas de streaming com greves, recurso que segue funcionando pa-

ra atualizar os direitos de remuneração de seus criadores. Mas as empresas de streaming seguem fazendo no Brasil o que não ousam praticar por lá.

Curta nossa página no Facebook e siga-nos no

Flávio Dino aciona secretaria contra Google para apurar "prática abusiva"

O ministro Flávio Dino (Justiça e Segurança Pública) afirmou hoje (1º) que acionará a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), órgão vinculado ao ministério, para verificar possível prática abusiva das chamadas big techs contra o chamado PL das Fake News.

O que aconteceu Mais cedo, o perfil Sleeping Giants Brasil no Twitter afirmou que as big techs estão atuando para atacar o projeto de lei. "Google usando a própria plataforma pra atacar o PL [projeto de lei] e o Twitter deslogando a conta das pessoas pra atrapalhar", diz o Sleeping Giants Brasil.

Um print mostra a página de buscas do Google com um link que afirma "O PL das Fake News pode aumentar a confusão sobre o que é verdade ou mentira no Brasil". Ao clicar, o leitor é direcionado a uma nota da plataforma com críticas à proposta.

Em resposta, Dino disse que encaminhará o assunto à Senacon.

Estou encaminhando o assunto à análise da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, à vista da possibilidade de configuração de práticas abusivas das empresas" Flávio Dino, ministro da Justiça

O UOL entrou em contato com o Google e aguarda resposta. Também procura o Twitter sobre a denúncia feita pelo Sleeping Giants Brasil. O espaço segue aberto a manifestações.

Estou encaminhando o assunto à análise da Secretaria Nacional do Consumidor, órgão do Ministério da Justiça, à vista da possibilidade de configuração de práticas abusivas das empresas. <https://t.co/amkQe57ffc>

-- Flávio Dino (@FlavioDino) May 1, 2023 PL das Fake News vai a votação nesta semana Conhecido como PL das Fake News, o PL 2630 regulamenta as redes sociais e deve ir a votação na Câmara dos Deputados amanhã (2).

Ontem, a Meta, dona do Facebook, criticou o texto em nota pública. A big tech afirma que o texto da proposta ameaça atingir a gratuidade dos serviços da plataforma.

"E, na sua forma atual, a legislação tornaria difícil que empresas de tecnologia como a nossa continuem a oferecer o tipo de serviços gratuitos usados por milhões de pessoas e negócios no Brasil."

O Google também afirma que a possível aprovação do projeto de lei "coloca em risco o acesso e a distribuição gratuita de conteúdo na **internet**" ao exigir o pagamento de **direitos** autorais sobre o material compartilhado.

O Google diz ainda que o projeto de lei, da forma como está, "iria na contramão" do combate à desinformação e que acabaria protegendo quem produz informações falsas. A empresa também diz que as plataformas ficariam impedidas de remover conteúdo jornalístico com afirmações falsas.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 12, 14, 17

Arbitragem e Mediação

3

Marco Civil

9

Entidades

11